

Manual

Cálculo do Benefício Especial – BE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS
#EmConstanteEvolução



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

CONTEÚDO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO:

Coordenação de Soluções em Sistemas Administrativos da Diretoria-Geral

#VocêSabia?

Para ter direito ao **Benefício Especial (BE)**, é necessário migrar para o Regime de Previdência Complementar (RPC).

Ao fazer isso, você passará a receber:



Na aposentadoria:

O vencimento de aposentado correspondente ao teto do INSS + o Benefício Especial.



Na pensão:

O valor da pensão será calculado conforme o art. 2º, incisos VI e VII da LC 161/2020 + o Benefício Especial.

BENEFÍCIO ESPECIAL: Trata-se de uma compensação pecuniária concedida no momento da aposentadoria ou concessão de pensão a magistrados e servidores efetivos que:

- Ingressaram no serviço público do Estado de Goiás antes de 07/07/2017; e
- Contribuem para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) com valores superiores ao teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

DIREITO: Têm direito ao Benefício Especial, em resumo, os magistrados e servidores efetivos do TJGO que:

- Ingressaram no serviço público estadual antes de 07/07/2017, sem interrupção do vínculo;
- Contribuem com valores acima do teto do RGPS;
- Optarem pelo Regime de Previdência Complementar (RPC).

CÁLCULOS:

- a) O valor do benefício é calculado com base nas remunerações anteriores à mudança de regime, utilizadas como base de contribuição, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), proporcionalmente ao tempo de contribuição realizado;
- b) O benefício especial corresponde à diferença entre a média aritmética simples dessas remunerações (desde julho de 1994 ou do início da contribuição) e o teto do RGPS, multiplicada pelo fator de conversão;
- c) O fator de conversão é a razão entre o número de contribuições mensais feitas ao RPPS e o total de 520 contribuições exigidas para a aposentadoria.

BASE LEGAL: O Benefício Especial foi assegurado pelo § 16 do art. 97 da Constituição do Estado de Goiás e pelo § 3º do art. 2º da Lei nº 19.179/2015, sendo instituído pela Lei Complementar nº 192/2024, com alterações da Lei Complementar nº 193/2024.

Importante:

- A opção pelo RPC tem caráter irrevogável e irretratável;
- A adesão deve ser feita por meio de requerimento no PROAD, assunto: “SOLICITAÇÃO”;
- Serão consideradas para o cálculo do Benefício Especial as contribuições ao RPPS referentes ao período de julho/1994 (ou da data de ingresso no TJGO) até a presente data;
- Para incluir contribuições de vínculos efetivos em outros órgãos públicos, é necessário apresentar a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), acompanhada da relação das bases de cálculo.

PARA EMISSÃO DO RELATÓRIO FINANCEIRO, SIGA OS SEGUINTES PASSOS:

1. Faça o login no sistema Egesp (https://egesp.tjgo.jus.br/users/sign_in) utilizando suas credenciais de usuário e senha:



2. No menu lateral, clique em “Financeiro”, como mostra a imagem abaixo:



Após clicar no menu **“Financeiro”**, o sistema será expandido, exibindo alguns submenus. Clique na primeira opção **“Relatório Financeiro”**.

Em seguida, informe o período desejado (**“Referência início”** e **“Referência fim”** destacado em vermelho na imagem abaixo) para a geração do relatório.

Observação referente ao período: Os dados financeiros considerados pela legislação compreendem o período de **julho de 1994** ou a data de ingresso no TJGO, **até a data atual**.

Contudo, para inserir os dados na planilha de cálculo do Benefício Especial (BE), deve-se considerar como data final o mês de janeiro de 2025, correspondente ao último índice de IPCA disponível na época da elaboração da planilha.

Nomeado em Comissão - INSS

Contato Portal da Gestão de Pessoas Webmail Alterar Senha Sair

Listagem de Relatórios Financeiros

Início / Financeiro / Relatório Financeiro

Consultar

Referência Início 199407 Referência Fim 202501

Servidor:

Filtrar Limpar Filtros Imprimir XLSX

Referência	Matrícula	Nome	Vlr Teto Mensal	Desconto	Recebu 13º	Base Previdência Normal	Info Previdência Normal	Base Previdência 13º	Info Previdência 13º
Janeiro/2025			R\$ 44.008,52	42310	0	R\$ 1.437,06	11340:958.04; 11571:479.02	R\$ 0,00	

Por fim, clique em **“Filtrar”** para que o sistema exiba as informações do período solicitado. Em seguida, clique em **“Imprimir”** e, depois, em **“XLSX”** (destacado em azul na imagem acima). O sistema exportará uma planilha com todos os dados financeiros pertinentes para análise.

Salve o arquivo em uma pasta do computador e, depois, clique no arquivo para abrir.

3. Com a planilha **“Relatório Financeiro”** aberta, pressione **“Ctrl+t”** para selecionar todo o conteúdo. Em seguida, copie os dados selecionados.

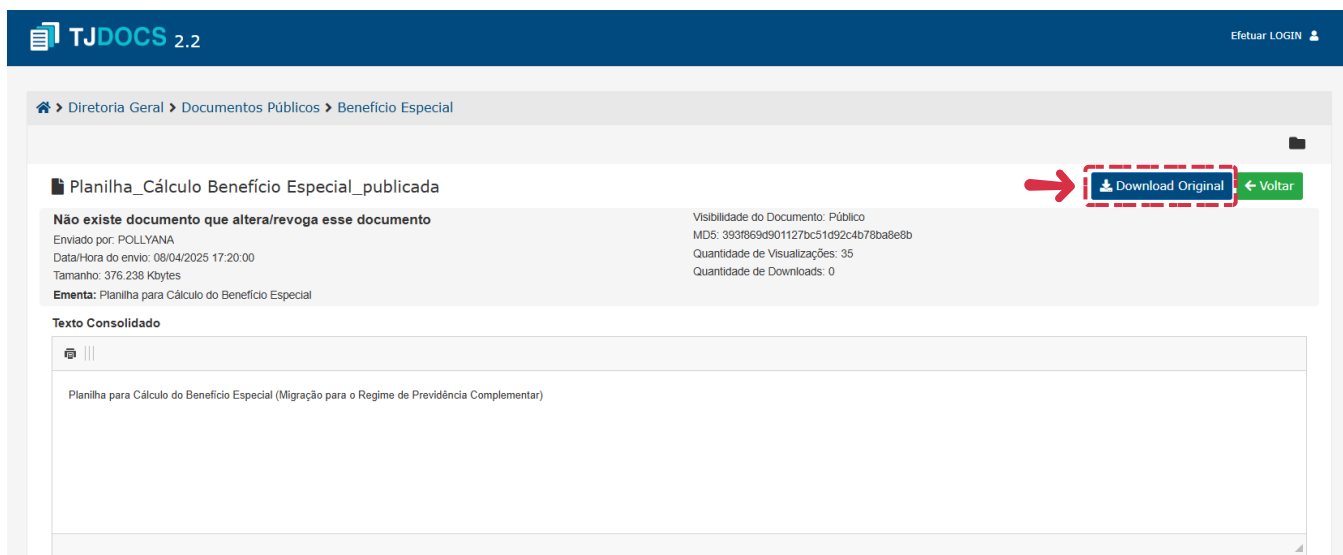
Relatório Financeiro (1) - Excel

Arquivo Página Inicial Inserir Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda Acrobat

Referência

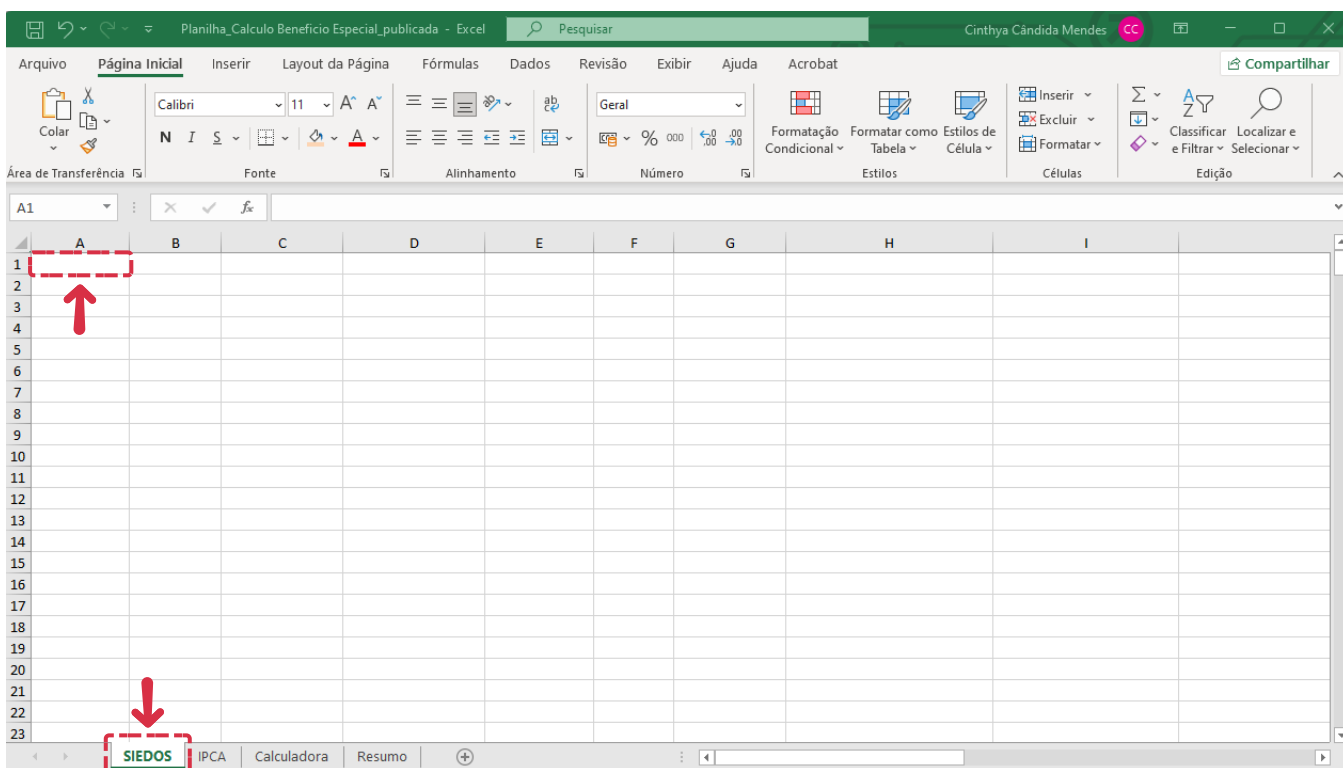
Referência	Matrícula	Nome	Vlr Teto Mensal	Desconto	Recebu 13º	Base Previdência Normal	Info Previdência Normal	Base Previdência 13º	Info Previdência 13º
Janeiro/2025			R\$ 44.008,52	42310	0	R\$ 1.437,06	11340:958.04; 11571:479.02	R\$ 0,00	

4. Após copiar os dados do **Relatório Financeiro** (conforme o item anterior), abra a planilha de cálculo do Benefício Especial (BE), disponível no TJDocs (<https://tjdocs.tjgo.jus.br/documentos/821328>).



Baixe a planilha clicando em “**Download Original**”, como mostra a imagem acima.

5. Em seguida, abra a planilha “**Calculo Benefício Especial_publicada**” baixada na etapa anterior, acesse a aba “**SIEDOS**” e cole, na **célula A1** (destacada em vermelho na imagem abaixo), os dados copiados da planilha “**Relatório Financeiro**”.



Observação:

Os servidores que tiverem períodos averbados junto ao TJGO, mas que não apresentarem a respectiva ficha financeira (ou seja, a relação da base de cálculo), terão esses períodos exibidos no Relatório Financeiro com valores zerados e destacados em **amarelo** — consulte a aba “**Siedos**”.

Dessa forma, cabe ao servidor excluir do “**Relatório Financeiro**” todas as linhas cujos valores na **coluna H** da planilha “**Cálculo Benefício Especial_publicada**” (**Base Previdenciária Normal**) estejam destacados em amarelo e sejam iguais a ZERO.

• Planilha Cálculo Benefício Especial_publicada:



Nesta planilha, observe quais linhas devem ser excluídas, seguindo a orientação da coluna H — destacada em amarelo e com valores zerados.

• Planilha Relatório Financeiro:

Nesta planilha, exclua as linhas cujos valores na coluna H estejam zerados, conforme indicados em amarelo na planilha anterior.

Após realizar a exclusão dessas linhas do “**Relatório Financeiro**” (conforme exemplo acima), pressione “**Ctrl + T**” para selecionar todo o conteúdo restante da planilha. Em seguida, copie os dados selecionados e cole-os novamente na planilha **Cálculo Benefício Especial_publicada**, aba “**SIEDOS**”.

Após os dados serem devidamente colados na aba “**SIEDOS**”, a planilha realizará os cálculos automaticamente. Clique na aba “**Resumo**” (destacada em azul na imagem abaixo) para visualizar os cálculos disponíveis para a análise do servidor, conforme mostra o exemplo abaixo (valores destacados em vermelho):

Nome			
Quantidade de Contribuições*	373	* Total de Contribuições Previdenciárias desde julho/1994 ou a data de ingresso no TJGO, até a presente data, considerando as informações constantes no sistema de Gestão de pessoas sem considerar eventuais averbações.	
Coefficiente*	0,717307692	* Total de contribuições - dividido por 520 (40 anos x 13 contribuições)	
Soma da Base Previdenciária	R\$ 4.652.822,79		
Média aritmética das Contribuições*	R\$ 12.474,06	* Média aritmética, somatório do valor de todas as contribuições previdenciárias ao Regime RPPS (valor bruto), constantes na base de dados do TJGO, dividido pela quantidade de contribuições, desconsideradas eventuais contribuições de períodos averbados.	
Média aritmética das Contribuições (Valor limitado ao Teto do RPPS)	R\$ 12.474,06	* Valor Bruto = 100% da base previdenciária, limitada ao teto que hoje é R\$ 46.366,19	
*B.E. = (média das contribuições – teto do INSS) x coeficiente	Benefício Especial (bruto)	R\$ 3.362,76	
Considerado Valores Brutos	Média de 100% das contribuições (RPPS), limitada ao teto do RPPS	Benefício Especial + Remuneração pelo teto do INSS	* Valor atual do teto do INSS é R\$ 8.157,41
	R\$ 12.474,06	R\$ 11.520,17	
Economia mensal com encargos previdenciários com a migração do regime RPPS para o Benefício Especial			* Diferença dos encargos de previdência do regime RPPS e o Benefício Especial
Contribuição Previdenciária	RPPS	14,25% 	R\$ 3.115,91
Contribuição Previdenciária	RGPS	14,25%	R\$ 1.162,43
Saldo Mensal			R\$ 1.953,48
* Para apuração correta de estimativa do valor do Benefício Especial é necessário que a quantidade de remunerações seja igual ao período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou, caso seja posterior à referida competência, desde o início de contribuição (tempo de contribuição em meses = quantidade de remunerações).			

Na planilha “**Resumo**”, o servidor terá acesso, entre outras, às seguintes informações:

- Quantidade de contribuições;
- Média aritmética de 100% das contribuições;
- Valor bruto do Benefício Especial;
- Soma do Benefício Especial com a remuneração limitada ao teto do INSS;

Estimativa de economia mensal com a contribuição previdenciária, caso opte pela migração ao regime do Benefício Especial.

A aba “**Calculadora**” apresenta os dados do Relatório Financeiro atualizados com base no índice IPCA.

A aba “**IPCA**” exibe os índices de correção monetária aplicáveis, com referência a partir de julho de 1994 ou da data de ingresso no TJGO.

6. O **Benefício Especial** será concedido apenas aos integrantes que optarem pelo **Regime de Previdência Complementar (RPC)**, nos termos do § 16 do art. 97 da Constituição do Estado de Goiás, com proventos de aposentadoria ou pensão limitados ao teto do **RGPS**.
A solicitação deve ser protocolada no PROAD, por meio do assunto: **“Solicitação”**.

PROAD 3.2

Número do Processo

Você possui 4 novo(s) item(s) na sua Caixa de Entrada!

Autuar processo

Procedimentos disponíveis para autuação.
Selecione uma das opções abaixo para iniciar um processo

Selecione o assunto...

soli

SOLICITA AUTORIZAÇÃO

SOLICITAÇÃO

SOLICITAÇÃO - NEA

SOLICITAÇÃO - SERVIÇOS GRÁFICOS

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO SITE - TRANSPARÊNCIA

SOLICITAÇÃO DE APOIO TÉCNICO NA ÁREA DE QUALIDADE E

Peticionar documento

Petição de um ou mais documentos no processo
Clique em **Selecionar processo** para iniciar o peticionamento

Número Processo

Selecionar processo **Peticionar**

Processo	Aviso	Tipo	Data	Prazo
202212000376057 SOLICITAÇÃO	Envia-se o presente feito "DG para juntada de documento, conforme requerido.	COMUNICACAO	24/08/2023	24/08/2023

Avisos **criados** nesta Unidade.
Selecione um dos itens abaixo para visualização.

Nota 1: A adesão ao Regime de Previdência Complementar (RPC) implica a inscrição automática do servidor no plano de previdência administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central – Prevcom-BrC, com alíquota de contribuição de 8,5% sobre o salário de participação. Caso deseje alterar esse percentual ou cancelar sua inscrição junto à Prevcom-BrC, o servidor deverá manifestar sua opção (por meio de termo de recusa) nos próprios autos do pedido de alteração do regime previdenciário. (<https://tjdocs.tjgo.jus.br/documentos/821098>).

Nota 2: Em caso de dúvidas sobre o procedimento de adesão ao RPC, entre em contato com: Divisão de Aposentadorias e Pensões – (62) 3216-2731 / 3216-2909 | E-mail: dap.dgp@tjgo.jus.br

150 anos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS
#EmConstanteEvolução



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás